

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Capital Realizado | Reserva Legal | Incentivos Fiscais | Reserva p/ Dividendos | Reservas de Lucros Reserva p/ Aumento de Capital | Reserva Subvenção | Ações em tesouraria (-) Ações em Tesouraria | Lucros Acumulados | Total |
|---|-------------------|---------------|--------------------|-----------------------|---|-------------------|--|-------------------|----------------|
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 | 140.462 | 8.765 | 5.576 | 24.922 | 106.505 | - | - | - | 286.230 |
| Incentivos fiscais sobre o imposto Renda | - | - | 5.757 | - | - | - | - | (5.757) | - |
| Transferência de saldo parcial de reserva incentivo fiscal | 1.408 | - | (1.408) | - | - | - | - | - | - |
| Integralização de Recursos (SUDAM) | 11.715 | - | - | - | - | - | - | - | 11.715 |
| Integralização de Dividendos Não Pagos | - | - | - | 2.266 | - | - | - | - | 2.266 |
| Transferência Subvenção de incentivos de ICMS | - | - | - | (12.511) | (50.046) | 62.557 | - | - | - |
| Subvenção c/ Incentivos Fiscais | - | - | - | - | 13.044 | - | - | - | 13.044 |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 48.095 | 48.095 |
| Destinação do resultado | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | 2.405 | - | - | - | - | - | (2.405) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | - | - | (9.983) | (9.983) |
| Reserva para dividendos | - | - | - | 2.995 | - | - | - | (2.995) | - |
| Reserva para aumento de capital | - | - | - | - | 26.955 | - | - | (26.955) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 | 153.585 | 11.170 | 9.925 | 17.672 | 96.458 | 62.557 | - | - | 351.367 |
| Incentivos fiscais sobre o Imposto Renda | - | - | 1.901 | - | - | - | - | (1.901) | - |
| Transferência de saldo parcial da reserva incentivo fiscal | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Integralização de recursos (SUDAM) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Capital Social Integralizado cfe Ata de Assembléia | 27.000 | - | - | - | - | - | - | - | 27.000 |
| Integralização de Dividendos Não Pagos | - | - | - | 9.983 | - | - | - | - | 9.983 |
| Transferência de saldo parcial de reserva p/ aumento de capital | - | - | - | - | (27.000) | - | - | - | (27.000) |
| Transferência Subvenção de Incentivos de ICMS | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subvenção c/ Incentivos Fiscais | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 16.241 | 16.241 |
| Destinação do resultado | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ações em Tesouraria | - | - | - | - | - | - | (226) | - | (226) |
| Reserva legal | - | 812 | - | - | - | - | - | (812) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | - | - | (3.382) | (3.382) |
| Reserva para dividendos | - | - | - | 1.015 | - | - | - | (1.015) | - |
| Reserva para aumento de capital | - | - | - | - | 9.131 | - | - | (9.131) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 | 180.585 | 11.982 | 11.826 | 28.670 | 78.589 | 62.557 | (226) | - | 373.983 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi fundada em 29 de novembro de 1993 e tem como objeto principal a comercialização de óleos vegetais e derivados; a extração, o refino e fracionamento de óleos vegetais; a industrialização e a comercialização de sabões, margarinas, óleos comestíveis e gorduras especiais, bem como de produtos vegetais em geral, a prestação de serviços de organização, logística, do transporte de carga e armazenagem de óleos vegetais e derivados, incluindo sabões, margarinas, óleos comestíveis, gorduras especiais e produtos vegetais em geral, por conta própria ou de terceiros, bem como sua importação e exportação, em operações de comércio exterior.

A Companhia obteve, por intermédio do Despacho Decisório do Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal - Delegacia da Receita Federal em Belém-PA e do Ministério da Integração Nacional - ADA, isenção do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial, de até 47.801 toneladas/ano de óleos e gorduras em geral, de até 41.000 toneladas/ano de creme vegetal e margarina fracionada, de até 3.400 toneladas/ano de Ácidos Graxos e de até 2.545 toneladas/ano de biodiesel, todos com redução de 75% do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial. Em 30 de abril de 2007, as Assembleias Gerais Extraordinárias das empresas Agropalma S.A., CRAI Agroindustrial S.A., Cia. Agroindustrial do Pará, Cia. Palmares da Amazônia e Amapalma S.A. aprovaram a sua cisão, sendo que a parte industrial das referidas empresas foi incorporada pela Cia. Refinadora da Amazônia. Essa reorganização objetivou a otimização da estrutura organizacional das empresas, unificando as operações industriais, racionalizando os processos e otimizando os negócios. O deferimento de Reestruturação Societária foi acatado e deferido por meio do processo nº 5900.000011/2007-15, conforme Ofício nº 559/2007/DGFI/SECEX/MI, de 30 de abril de 2007, do Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos, da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional. Em 19/12/2012, a companhia refinadora recebeu o certificado de empreendimento implantado nº 020/2012 emitido pelo Ministério da Integração Nacional. Iniciou a construção da sexta indústria de extração de óleo de palma e palmiste no município de Tailândia, com previsão de começar a produção em Setembro de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os padrões contábeis adotados no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emanados pelo Conselho Federal de Contabilidade, que estão em convergência com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

2.1. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das informações financeiras está em conformidade com os padrões contábeis adotados no Brasil a qual exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a administração exerça julgamento no processo de aplicação dos princípios contábeis da Companhia. Assim, os valores apresentados podem envolver um maior grau de julgamento ou complexidade, afetando áreas em que premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras da Companhia. As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente. Os efeitos das mudanças de estimativas são refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras a partir de sua atualização. Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e de normas da CVM são convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Algumas adequações foram procedidas nas demonstrações financeiras, conforme requerido na Deliberação CVM 610/09 (CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos). Dessa forma, as demonstrações financeiras não apresentam diferenças em relação ao IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43.

3. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) A Empresa adota o regime de competência para fins de registro de suas transações e considera o período de um ano para a segregação de ativos e passivos entre circulante e não circulante. b) As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do

balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da empresa encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. c) As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor presente de realização desses créditos. A carteira de clientes da Companhia é diversificada sendo a política de vendas diretamente relacionada com o nível de risco de crédito que a Companhia está disposta a correr. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Companhia para cobrir prováveis perdas de realização. d) Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, os quais são inferiores aos valores de reposição ou de realização. e) Os adiantamentos a fornecedores são referentes à compra de frutos de dendê e estão garantidos por fianças bancárias do Banco da Amazônia, quando realizados para os projetos de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e através de contrato quando realizado para a Agropalma S.A., conforme nota nº 7. f) O investimento está registrado pelo método de equivalência patrimonial e não há ajustes materiais para adequar ao valor justo de realização deste ativo. g) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é registrada pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e as taxas de depreciação. A Companhia não adotou o novo valor atribuído (*deemedcost*) de acordo com a interpretação técnica ICPC 10 por entender que o custo de formação dos ativos está registrado a valor de mercado, levando em consideração que a localização e características de utilização dos mesmos, as taxas de depreciação e amortização adotadas representam adequadamente o desgaste e utilização ou obsolescência dos bens. Conforme demonstrado na nota nº 10 do exercício de 2012, a administração alterou revisou suas estimativas referentes ao desgaste do imobilizado e alterou as taxas de depreciação de alguns grupos de bens, em consonância com a respectiva vida útil estimada. h) O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente, levando em consideração o tempo de vida útil estimado e as taxas de amortização demonstradas na nota nº 11. i) O diferido é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente, levando em consideração o tempo de vida útil estimado e as taxas de amortização demonstradas na nota nº 12. j) Os salários, incluindo provisões para férias, e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. k) São constituídas provisões para fazer face às contingências e obrigações legais potenciais, sendo estas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda. l) As receitas de vendas são reconhecidas a valor justo quando da entrega dos produtos com transferência dos riscos ao comprador. O custo das vendas é registrado no mesmo período em que estas são reconhecidas. As despesas são registradas no período no qual são originadas. m) O imposto de renda registrado no resultado é calculado - 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 mil anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%. n) A Companhia obteve, por intermédio do Despacho Decisório do Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal - Delegacia da Receita Federal em Belém-PA e do Ministério da Integração Nacional - ADA, isenção do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial, de até 47.801 toneladas/ano de óleos e gorduras em geral, de até 41.000 toneladas/ano de creme vegetal e margarina fracionada, e de até 3.400 toneladas/ano de ácido graxo, todos com 75% do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial. A parcela resultante da isenção do IRPJ, após apuração do balanço de encerramento, transita no resultado com posterior registro no patrimônio líquido como reserva de incentivo fiscal, a qual não sofre tributação e não é base de cálculo para distribuição de dividendos. o) As receitas e despesas financeiras são substancialmente representadas por juros e variações cambiais decorrentes de correção monetária e ajustes inflacionários sobre contas a receber, aplicações financeiras e mútuos com empresas do grupo, sendo calculadas pelo regime de competência contábil. p) Os ativos e passivos financeiros representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e mútuos com empresas ligadas estão avaliados ao valor de realização e/ou liquidação de acordo com as condições usuais e normais de mercado e seus saldos se aproximam substancialmente do valor justo destes instrumentos. q) A Companhia analisa a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução do valor recuperável de um ativo - *impairment*). O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos o custo de venda. A perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram identificadas evidências de que os valores contábeis dos ativos imobilizados aplicados na fábrica do Biodiesel não serão recuperados no curso normal das operações. Para o Intangível, Diferido e

CONTINUAÇÃO